

A MODERNIZAÇÃO DA MINERAÇÃO EM GOIÁS: OS EFEITOS TERRITORIAIS DA EXPLORAÇÃO DE OURO EM FAINA-GO

THE MODERNIZATION OF MINING IN GOIÁS: TERRITORIAL EFFECTS OF GOLD EXPLORATION IN FAINA-GO

LA MODERNIZACIÓN DE LA MINERÍA EN GOIÁS: LOS EFECTOS TERRITORIALES DE LA EXPLOTACIÓN DE ORO EN FAINA-GO

Edgar da Silva Oliveira¹

edgardasilvaoliveira@gmail.com

Leandro Oliveira de Lima²

leandrolima.ufg@gmail.com

Marcelo Rodrigues Mendonça³

ufgmendonca@gmail.com

RESUMO: O presente texto versa sobre os efeitos territoriais contemporâneos oriundos da exploração aurífera no município de Faina, Goiás-Brasil. Metodologicamente o texto apresenta revisão bibliográfica, com destaque à atividade de mineração de ouro, cujo processo é salutar à formação territorial em Goiás, considerando as sucessivas formas de uso e exploração do recurso. Os dados secundários subsidiam uma leitura sobre o papel das políticas governamentais oriundas da Metais Goiás S.A (METAGO) que proporcionaram à Orinoco Gold, no período avaliado, condições fiscais para exploração do minério de ouro. As observações diretas oriundas do trabalho de campo apontam como efeitos territoriais os problemas ocasionados pela atividade mineradora que comprometem áreas remanescentes do Cerrado, especialmente os cursos d'água nas franjas dos assentamentos da reforma agrária no recorte da pesquisa.

Palavras-chave: efeitos territoriais, mineração, ouro, Faina (GO), modernização.

ABSTRACT: The present text deals with the contemporary territorial effects of the gold exploration in the municipality of Faina, Goiás, Brazil. Methodologically the text presents a bibliographical review on the process of territorial formation in Goiás considering the successive forms of use and occupation. The secondary data support a reading about the role of government policies from Metais Goiás S.A (METAGO) that provided Orinoco Gold, during the period evaluated, with fiscal conditions for the exploration of gold ore. Direct observations from the fieldwork point to the territorial effects of the problems caused by mining activity that compromise remnant areas of the Cerrado, especially the water courses on the fringes of agrarian reform in the cut of the research.

Keywords: territorial effects, mining, gold, Faina (GO), modernization.

RESUMEN: Este texto trata sobre los efectos territoriales contemporáneos de la exploración de oro en el municipio de Faina, Goiás-Brasil. Metodológicamente, el texto presenta una revisión bibliográfica, destacando la actividad de extracción de oro, cuyo proceso es saludable para la formación territorial en Goiás, considerando las sucesivas formas de uso y explotación del recurso. Los datos secundarios respaldan una lectura sobre el papel de las políticas gubernamentales provenientes de la Metais Goiás S.A (METAGO) que

¹ Mestrando em Geografia pela IESA-UFG – Professor da Rede Municipal de Educação e Bolsista CAPES.

² Professor Doutor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás, Brasil.

³ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás, Brasil.

proporcionaron a Orinoco Gold, durante el período evaluado, las condiciones fiscales para la exploración del mineral de oro. Las observaciones directas del trabajo de campo apuntan a los efectos territoriales de los problemas causados por la actividad minera que comprometen las áreas remanentes del Cerrado, especialmente los cursos de agua al margen de los asentamientos de reforma agraria en el recorte de la investigación.

Palabras clave: efectos territoriales, minería, oro, Faina (GO), modernización.

INTRODUÇÃO

A história da mineração em Goiás está intrinsecamente ligada ao processo de ocupação portuguesa e formação do território goiano, dos Arraiais, onde muitos se tornaram embriões das primeiras cidades, aos caminhos coloniais, rascunhos de uma primeira rede urbana, conforme narra Arrais, Arrais e Oliveira (2016). Após a ascensão da agropecuária como principal atividade econômica no território, a mineração furtiva tornou-se atividade econômica essencial à expansão das fronteiras de ocupação do território goiano, mesmo a reboque da criação de gado, conforme Póvoa Neto (1998).

Na metade do século XX a Revolução Verde e o pacote tecnológico oferecidos a alguns países periféricos, dentre eles o Brasil, cria um ambiente para investimentos externos, que na década de 1970, toma forma espacial nas áreas de Cerrado com a modernização conservadora da agricultura. Conforme Estevam (2004) esses avanços nas forças produtivas atingem a mineração, por meio das transformações espaciais em diferentes escalas, dos avanços tecnológicos alcançados no pós-guerra, levam ao aprimoramento técnico da exploração, aliados a uma crescente demanda global por insumos minerais.

O marco das transformações técnico-produtivas ocorridas na mineração em Goiás, aqui entendidas como modernização da mineração, foi a criação em 1961 da Metais de Goiás S.A (METAGO) durante a gestão do governador Mauro Borges (1961-1963), tendo como objetivo a exploração e lavra de jazidas minerais existentes no estado de Goiás (GOIÁS, 1961). As implicações do conceito de modernização territorial e seus efeitos foram discutidos detidamente por Castilho (2016) envolvendo a dimensão do conflito e da política. Nesta direção nossa escolha pela denominação modernização da mineração se justifica, face a criação da METAGO ao representar a materialização das transformações, tanto no sistema político-ideológico quanto no sistema técnico-produtivo, no qual o Estado constituiu uma tecnoestrutura que permitiu fomentar a atividade mineradora, sendo fundamental para o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao setor mineral de um lado, e

por outro, que interessa mais à Geografia, intensificando os efeitos territoriais decorrentes destas políticas em Goiás.

Tal recorte conceitual permitiu compreender os sentidos do uso do território para reaproveitamento de áreas provenientes do ciclo da mineração escravista e no mapeamento geológico que resultou em novos projetos de exploração.

A consolidação da tecnoestrutura estatal (IANNI, 1991) permite ler o Estado em seu papel de ator sintagmático (RAFFESTIN, 1993) no processo de modernização da mineração. Outro elemento, não menos importante, desse processo foi a instituição do Fundo de Fomento à Mineração (FUNMINERAL) que para além dos objetivos iniciais da METAGO, implicou na geração e difusão de tecnologias de prospecção, pesquisa e lavra e o financiamento de projetos e empreendimentos ligados à cadeia produtiva mineral em Goiás (GOIÁS, 2000).

Além disso, a modernização da mineração em Goiás foi responsável por alavancar a indústria de exploração e transformação mineral por meio da captação de investimentos de origem transnacional. Assim, a mineração voltou a desempenhar um importante papel na economia do Estado que se destaca entre os principais produtores de minérios do país. Em contrapartida promoveu a agudização de conflitos sociais, principalmente àqueles relacionados com a posse da terra e com a expansão do agrohidronegócio que fomentou a expulsão dos Povos Cerradeiros de seus territórios, construídos historicamente a partir das vivências e experiências desses sujeitos sociais (MENDONÇA, 2004).

O artigo está dividido em quatro seções. A primeira seção, sem a pretensão de recuperar a memória da formação territorial, objetivou compreender processos históricos de uso e ocupação do território goiano para além da ideia de colonização portuguesa. A segunda seção versou sobre o papel do Estado na dinamização de políticas de financiamento da mineração e seus efeitos sobre o território goiano. As duas seções seguintes apontam para o recorte da pesquisa objetivando demonstrar as características geográficas de Faina e como a Orinoco Gold atua na exploração do minério de ouro, apontando ao final, os efeitos territoriais ocasionados às populações circunvizinhas ao recorte espacial da pesquisa.

ORIGENS DA MINERAÇÃO EM GOIÁS

Tem sido recorrente em pesquisas que versam sobre a formação histórica e territorial de Goiás adotar como marco a descoberta das jazidas de ouro no século XVIII

pelos bandeirantes portugueses. Essa é, por certo, uma opção de cunho político-ideológica do pesquisador. Embora esse seja um fato histórico relevante, tomá-lo como ponto de partida significa ocultar toda a história dos povos autóctones, denominados genericamente de indígenas, em detrimento do que foi a conquista e ocupação desse território e o massacre que isso representou aos povos originários.

Barbosa et al. (2004) aponta que os estudos da Pré-História da América do Sul revelam grande movimentação de populações humanas desde pelo menos 12.000 anos antes do presente. Sobre o território de Goiás-Tocantins, destacam os autores, que em seu período colonial os bandeirantes encontraram tribos que viviam da caça e coleta e do cultivo de horticulturas, destacando-se: Kayapó do Sul, Goyá, Akwê-Xavante, Karajá, Avá-Canoeiros. Muitos desses povos foram dizimados pela matança e escravização, por doenças transmitidas pelos invasores e expropriação de suas terras nas quais mantinham suas produções de autoconsumo.

Do ponto de vista da presença do conquistador português no território de Goiás-Tocantins este, segundo Palacín (1979), se deu de forma intermitente desde o final do século XVI, onde exploradores provenientes de São Paulo, como Antônio Macedo e Domingos Luis Grau (1590-1593), Domingos Rodrigues (1596-1600), Afonso Sardinha (1598-?) entre outros, e do Pará como Martins Rodrigues (1615-1618) entre outros já haviam percorrido a região.

Nesta etapa da apropriação do espaço o sistema de circulação do território goiano era, por excelência, o caminho das águas, como é corroborado por Teixeira Neto (2001) e Arrais, Arrais e Oliveira (2016). Ainda de acordo com Palacín (1979) no século XVII as incursões provenientes do Pará eram principalmente de missionários que assim como os bandeirantes buscavam índios, embora saliente que assim como eles não se fixavam no território goiano-tocantinense em decorrência da política adotada pela metrópole portuguesa de não estabelecer missões nem aldeias em áreas ainda não dominadas. O caminho por terra só foi “inaugurado” em meados do século XVII com a Bandeira de Francisco Lopes Buenaides (1665-1666).

Embora a busca por metais preciosos no território da Capitania de São Paulo já povoava o pensamento da monarquia portuguesa desde o *descobrimento*, como já visto anteriormente, é em finais do século XVII e início do século XVIII que ela se torna vital. Segundo Furtado (2007) uma grave crise econômica se abate sobre a colônia brasileira em finais do século XVII, a agricultura tropical entrou em declínio com o empobrecimento gradativo das pessoas. Na concepção da metrópole portuguesa a solução estaria na

descoberta de metais preciosos e se os homens de São Paulo, com vasto conhecimento do interior do território, ainda não haviam descoberto os ditos metais era por falta de conhecimento técnico o que foi prontamente disponibilizado pela Coroa. Tal fato aponta para a centralidade do Estado (não na concepção moderna do conceito) português nesta porção territorial do Brasil.

Conforme Palacín (1979) com a descoberta de ouro nas Minas Gerais em 1690 e em Cuiabá em 1719, e estando o território goiano situado entre as duas descobertas, não tardaria nele próprio algum achado. Com esse objetivo organiza-se então em 1720 a Bandeira composta por Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz, Domingos Rodrigues do Prado e no ano seguinte o Rei Dom João VI delegou ao Governador e Capitão Geral de São Paulo Rodrigo Cesar de Menezes as tratativas e a assinatura do contrato. Efetiva-se então as ações de incorporação territorial efetiva às terras dos Goyazes.

Com o compromisso de seguir o estabelecido no Regimento Real partiram no início de julho de 1721 rumo aos sertões da Capitania. Ainda segundo o autor, os remanescentes da Bandeira retornaram a São Paulo em 1725 tendo Bartolomeu Bueno informado a descoberta de cinco córregos auríferos com grande riqueza chegando a ser comparada com as descobertas em Cuiabá. Duas cartas foram então enviadas ao Rei dando conta da descoberta dos depósitos de aluvião e dos preparativos para a sua exploração, uma em 1725 e outra em 1726, considerando as dificuldades e a distância do percurso, é provável que a exploração tenha começado em 1727.

Pouco depois de seu retorno as Minas dos Goyazes, como ficou conhecido os depósitos auríferos dos sertões de Goiás, Bartolomeu Bueno funda nas proximidades das nascentes do rio Vermelho o Arraial de Sant'Anna (atual Cidade de Goiás). Este Arraial serviu como ponto de irradiação da atividade mineradora no território sendo seguido por outros núcleos como: Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino e Santa Rita. Mais tarde em 1731 Manoel Rodrigues Tomás descobre as jazidas da Serra dos Pirineus e funda junto ao rio das Almas o Arraial de Meia Ponte (atual Pirenópolis) (PALACÍN, 1979).

Embora Barbosa et al. (2004) considere que o ciclo da exploração aurífera no território goiano-tocantinense tenha tido duração curta, de modo geral indo de 1722 a 1822, este reconhece a contribuição dada para a formação territorial e para a constituição de uma rede urbana. Muitos dos primeiros arraiais serviram de *rascunho* para o desenvolvimento das cidades, além dos exemplos supracitados, temos Santa Cruz, Pilar (de Goiás), Cavalcante, Chapéu (atual Monte Alegre de Goiás), Flores (de Goiás), Crixás, Arrayas (atual Arraias-TO), Barra da Palma (atual Paranã-TO), entre outras. Em síntese, o

que se verificou nesta seção foi a incorporação de fundos territoriais, para lembrar o conceito de Moraes (2008), com a atividade aurífera à dinâmica produtiva do restante do país. Para este autor os fundos territoriais são:

constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos “sertões”, das “fronteiras”, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos “naturais”. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia (MORAES, 2008, p. 69)

Após a descrição sucinta do processo de formação territorial de Goiás, a partir da mineração, na próxima seção apresenta-se o papel do Estado com a criação da Metago S.A e a modernização das atividades mineratórias após a segunda metade do século XX, com o intuito de compreender as interfaces espaço-temporais no município de Faina-GO.

A METAGO S.A E A MODERNIZAÇÃO DA MINERAÇÃO EM GOIÁS

De acordo com Silva (2010) o contexto da retomada da exploração mineral em Goiás está relacionado com as mudanças políticas e econômicas desencadeadas no Brasil a partir da grave crise econômica de 1929 e da Revolução de 1930. Segundo o autor, no governo de Getúlio Vargas o Estado assumiu as *rédeas* do desenvolvimento econômico, direcionando-o para a indústria de base, a Marcha para o Oeste, a estruturação administrativa do país, em conformidade com os princípios do nacionalismo varguista.

Em consonância com a política econômica nacional foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (PDEG) pelo governador do Estado José Feliciano Ferreira, conforme assevera Salgado (2010). A gestação da retomada da exploração mineral no Estado passa pelo PDEG aprovado e regulamentado pela Lei nº 3.040, de 7 de novembro de 1960 que previa um investimento por parte do Estado em setores da economia goiana da monta de mais de 3 bilhões de cruzeiros⁴ a serem distribuídos entre os anos de 1961 a 1965, sendo destinados 400 milhões⁵ para o levantamento dos recursos naturais (GOIÁS, 1960).

O PEDG foi executado no governo de Mauro Borges e em 10 de novembro de 1961 a Assembleia Legislativa autorizou por meio da Lei nº 3.810 o Poder Executivo a criar

⁴- Aproximadamente 1. 089.000,00 Reais.

⁵- Aproximadamente 145. 456,00 Reais.

uma companhia denominada Metais de Goiás S. A. (METAGO). Em seu Artigo 2º estão expressos os objetivos de sua criação a saber: “A METAGO terá por objetivo a exploração e lavra de jazidas minerais existentes no Estado de Goiás, com exceção daquelas reservadas exclusivamente a União.” (GOIÁS, 1961). Decorre da regulamentação em associação com os investimentos na empresa pública a legitimidade do conceito de modernização da mineração em Goiás, como veremos adiante.

De acordo com Carvalho (1988) a METAGO iniciou suas atividades em 1962 e recebeu no mesmo ano autorização federal para atuar como empresa de mineral pelo Decreto Federal nº 1.275, constituindo-se na primeira empresa estadual de mineração a operar no país. Com o alinhamento de Mauro Borges com os ideais nacionalistas, inflamados a época em todo o país, utilizou-se da METAGO como mote para entrar em disputa pela estatização da exploração de níquel em Niquelândia, que já vinha sendo realizado pelo Grupo Votorantim desde a década de 1940 e com a S.A Mineração de Amianto (SAMA) pelos depósitos de amianto crisotila em Minaçu.

Segundo Carvalho (1988) o Golpe Militar em 1964 pôs fim a essas disputas em desfavor da METAGO. De 1964 a 1968 a empresa que ainda não havia por completo se estruturado foi esquecida e pouco atuou, ganhando novo fôlego no governo de Otávio Lage (1966-1971) quando este, por força de lei, atribuiu a METAGO a aplicação da cota-parte do Imposto Único sobre Minerais (IUM) que coubesse ao Estado de Goiás, permitido a estruturação técnica e operacional da empresa. Outro fato relevante para a retomada da exploração mineral em Goiás foi a instalação, em 1968, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em Goiânia dando início ao levantamento geológico básico do Estado.

Na década de 1970, a Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais (CPRM) reforçou o mapeamento geológico do território goiano através do Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil, sendo realizados os levantamentos geológicos e de recursos minerais do Estado de Goiás e do Distrito Federal e a produção de mapas em escala 1:500.000 desvelando as áreas de relevante interesse mineral e econômico. Outra importante contribuição para o mapeamento dos recursos naturais do Brasil e de Goiás foram os trabalhos de aerolevanteamento realizados pelo Projeto Radar da Amazônia (RADAM) que entre 1970 e 1975 teve como foco a Amazônia brasileira e áreas adjacentes, que implicou em áreas do Cerrado. De 1975 até 1985 se expandiu para todo o território passando a se chamar Projeto RADAMBRASIL.

Com as mudanças na orientação da política econômica brasileira na década de 1990, no contexto das políticas neoliberais, as atividades da METAGO foram encerradas em 1999 pelo então Governador Marconi Perillo (1999-2002). Os ativos da empresa pública ainda estão em processo de liquidação. Além de abrir espaço para atuação de empresas de mineração de capital transnacional os valores obtidos pela liquidação dos ativos da METAGO formaram o Fundo de Fomento à Mineração (FUNMINERAL), instituído pela Lei Estadual N° 13.590/2000, cujos objetivos eram:

[...] Art. 2º - O Fundo de Fomento à Mineração tem por objetivo fomentar no Estado de Goiás as atividades de: I - prospecção e pesquisa mineral; II - aproveitamento das jazidas minerais goianas; III - industrialização de bens minerais no território goiano; IV - geração e difusão de tecnologias de prospecção, pesquisa, lavra, beneficiamento e industrialização de bens minerais; V - financiamentos de projetos e empreendimentos de prospecção, pesquisa, lavra e industrialização de bens minerais; VI - participação societária em empresas objetivando a alavancagem de empreendimentos de mineração. [...] (GOIÁS, 2000, p. 1)

No corpo da Lei vigente ainda estão previstos outros objetivos como a identificação de problemas de ordem técnica, científica, econômica ou de gestão que impeçam a expansão das atividades; a prestação de assistência técnica aos micros, pequenos e médios mineradores e o investimento de recursos na construção da Plataforma Logística de Goiás localizada na cidade de Anápolis-GO (GOIÁS, 2000, p.1). Tanto a criação da METAGO quanto a instituição do FUNMINERAL contribuíram e vêm contribuindo para a retomada da exploração aurífera e para a ampliação do leque de bens minerais produzidos no território goiano. Atualmente o Estado é o terceiro maior produtor mineral do país com destaque para a produção de níquel e nióbio (1º), cobre (2º), ouro (3º), bauxita (alumínio) (4º) (BRASIL, 2018).

Como se apreende, a METAGO em associação com o FUNMINERAL cumprem contemporaneamente com o papel de capitalização da atividade de exploração mineral em Goiás, facilitando a prospecção das jazidas minerais ao passo que os incentivos fiscais do Estado flexibilizam a atuação das empresas estrangeiras na exploração do subsolo goiano por meio da concessão de recursos públicos da Secretaria de Indústria e Comércio, por meio da aprovação no Conselho Deliberativo do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) e ainda recursos, mediante aprovação, no Conselho do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) das políticas de desenvolvimento regional atuantes no Centro Oeste brasileiro.

Considerando os efeitos territoriais das atividades mineralógicas no território goiano, especificamente, busca-se compreender os desdobramentos no município de Faina (GO).

FAINA (GO), CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O município de Faina é uma das 246 unidades político-administrativas que compõem o território goiano, localizado na Região de Planejamento do Noroeste Goiano, se encontra distante da Capital Goiânia 210 km. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) sua área territorial é de 1.945,658 km² e em 2018 ano sua população estimada era de 6.678 habitantes. Em Censo realizado em 2010 a população do município era de 6.983 habitantes (Tabela 01), com uma densidade demográfica de 3,59 hab/km² (IBGE, 2010). Sua criação data de 09/01/1988 pela Lei Estadual nº 10.434 que desmembrou do município de Goiás os Distritos de Caiçara, Faina e Jeroaquara para a instalação do novo município em 01/06/1989 (FAINA, 2018).

Tabela 01- População residente por situação de domicílio em Faina/Goiás (2010)

Local	Urbana	Rural	Total
Caiçara	347	578	925
Faina	3.273	1.866	5.139
Jeroaquara	229	690	919
População Total	3.849	3.134	6.983

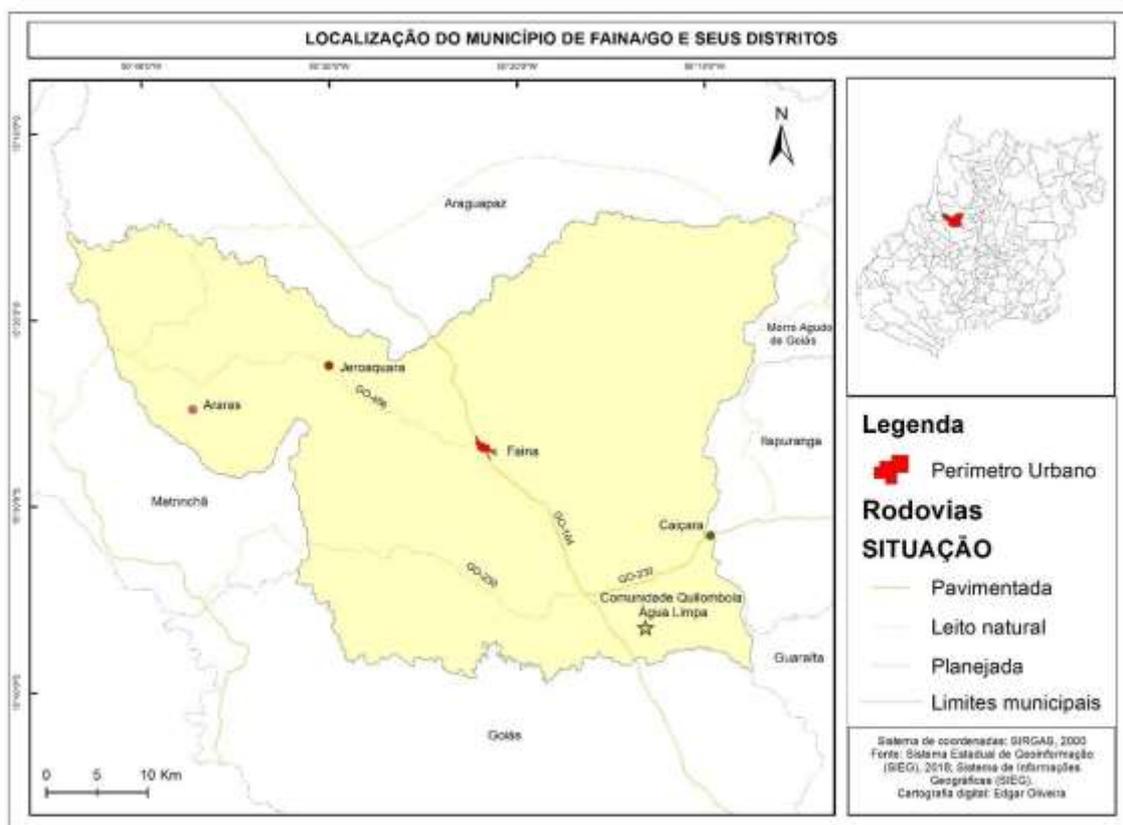
Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Os autores.

Observa-se que no ano de realização do Censo 44,9% da população do município residia na zona rural e apenas no Distrito sede, Faina, a população urbana era majoritária, embora, como observado anteriormente (OLIVEIRA, 2015), nos demais distritos a precária infraestrutura não gera grandes disparidades entre o modo de vida urbano e rural. Cabe salientar que no Brasil, no conjunto dos seus mais de 5 mil municípios a população urbana tem distinção meramente administrativa.

O território fainense (MAPA 01) limita-se a Norte com o município de Araguapaz, a Nordeste com o município de Morro Agudo de Goiás, a Leste com o município de Itapuranga, a Sudeste com o município de Guaraíta, ao Sul com o município de Goiás e a Oeste com o município de Matrinchã. Em sua configuração territorial atual, Faina mantém

sua subdivisão político-administrativa em dois Distritos com Caiçara a Leste, Jeroaquara a Norte-Nordeste e a sede municipal ao Centro. Dentre os povoados chama a atenção o de Araras localizado a Oeste-Sudoeste pela maior taxa de ocorrência mundial do xeroderma pigmentoso⁶.

Mapa 01: Localização do município de Faina-GO



Fonte: SIEG, 2018. Elaboração: Os autores.

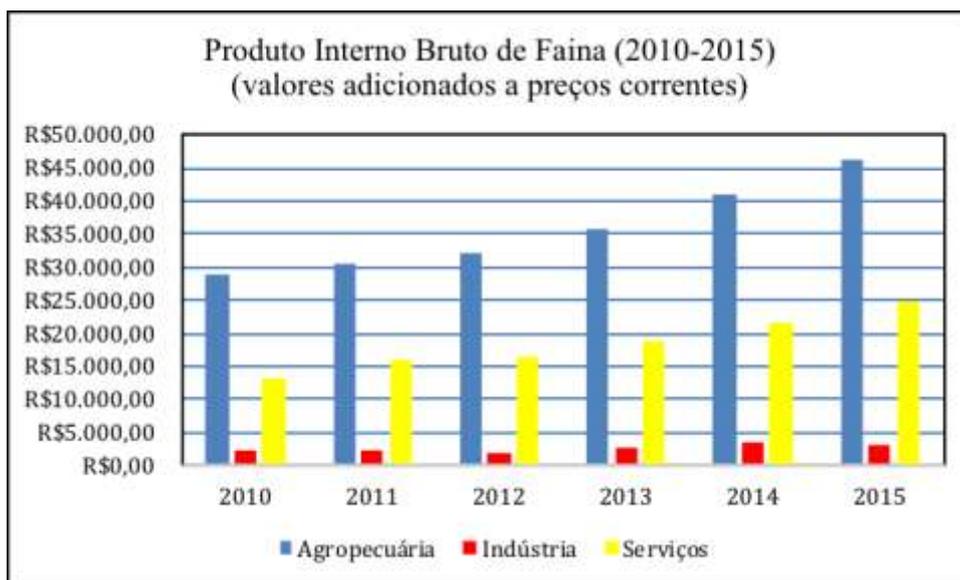
Em 2016 foi identificada na porção Sudoeste do território uma comunidade remanescente quilombola e, em 2017, esta foi reconhecida oficialmente pela Fundação Palmares por meio da Portaria nº 124/2017 publicada no Diário Oficial da União em 07/04/2017, embora não foi possível obter dados referentes ao quantitativo de famílias que vivem na comunidade e sua origem e formação.

A economia do município é dinamizada pela agropecuária como nos mostra os dados do IBGE (2015) referentes ao Produto Interno Bruto (GRÁFICO 01), característica que é comum aos demais municípios da Região do Noroeste goiano. Conforme dados

⁶ Doença genética, não contagiosa, que afeta igualmente ambos os sexos e é caracterizada por uma extrema sensibilidade à radiação ultravioleta.

preliminares⁷ do Censo Agropecuário (2017) o efetivo bovino do município foi de 125.301 cabeças, sendo que 9.766 são de gado leiteiro. Ainda conforme a pesquisa, o número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários foi de 3.294, sendo que 2.332 mantinham algum laço de parentesco com o produtor, o que dá ideia da importância da agricultura familiar.

Gráfico 01: Produto Interno Bruto de Faina/GO 2010-2015



Fontes: IBGE, 2010; 2011; 2012, 2013; 2014; 2015. Elaboração: Os autores.

Esses dados são importantes para se compreender a concentração fundiária em Faina, uma vez que, a pecuária que se desenvolve no município é predominantemente extensiva. Embora não haja nenhum conflito pela terra registrado no Caderno de Conflitos no Campo organizado pela Comissão Pastoral da Terra (2017), o número de assentamentos (QUADRO 01) e a grande quantidade de acampamentos em todo o território fainense desvelam um processo contínuo de luta pela reforma agrária e pela permanência na terra. Dos 8 assentamentos instalados em Faina (INCRA, 2017) 4 foram criados nos governos⁸ de Luiz Inácio da Silva e Dilma Rousseff.

Quadro 01: Assentamentos e número de famílias assentadas em Faina/GO

Assentamento	Nº de famílias	Área (ha)	Ano de criação
Limoeiro	23	1.217,29	1996

⁷ - Data de referência 30/09/2017.

⁸ - Luiz Inácio da Silva governou o Brasil de 2003 a 2011; Dilma Rousseff governou o Brasil de 2011 a 2016.

São José do Piçarrão	10	828,27	2000
Santo Antônio das Areias	23	1.227,56	2001
Cora Coralina	7	338,46	2001
17 de Abril	31	1.430,50	2007
Rosa Luxemburgo	16	960,95	2007
Arraial das Antas II	7	470,8	2010
Patativa do Assaré	32	1.066,73	2015
Total	149	7.689,56	-

Fonte: INCRA, 2017. Elaboração: Os autores.

Esta dinâmica territorial de Faina é agravada pela cobiça, por parte dos grandes empreendimentos de mineração, dos recursos minerais presentes em seu subsolo, uma vez que dentro dos limites territoriais estão presentes estruturas geológicas Vulcano-sedimentares do tipo *Greenstone belt*. Conforme Lacerda Filho *et al* (1999) essas estruturas estão associadas aos processos de metalogênese, ou seja, a formação de jazidas de minerais metálicos. Em Goiás a existência desse tipo de estrutura se relaciona a exploração, principalmente de ouro, nos municípios de Goiás, Faina, Crixás, Pilar de Goiás, Guarinos e Barro Alto.

Ao analisarmos os processos minerários em andamento no município de Faina (MAPA 02) podemos observar uma grande área de interesse, principalmente no que se refere ao minério de ouro. O território que hoje compreende o município de Faina é alvo da exploração mineral desde o século XVIII, embora esse processo tenha se intensificado, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, com o desenvolvimento das tecnologias que permitiram mapear, e assim *(re)descobrir*, suas riquezas. Nesse processo a criação da Metais de Goiás S.A. cumpriu um importante papel para essa *nova* corrida do ouro em território fainense.

De acordo com Rocha e Silva (2008) a retomada da mineração em Faina com técnicas modernas de exploração teve início em 1987 com a mineração de dragagem⁹,

⁹ - Trata-se de uma exploração aurífera que utilizava técnicas modernas, como tratores esteiras, para retirar a cobertura vegetal e remover o solo até o encontro do cascalho, e um maquinário composto por dois motores estacionários à combustão – um para o jato d'água e outro para a retirada do material de dentro da cata. A esse último ficava acoplada a maracá, um cano de quatro polegadas por onde o material mais fino era transportado até a carcaça e enviado ao caixote de capitação do ouro. No caixote, o material em polpa (cascalho, areia, água, magnetita e ouro misturados) era amortecido para seguir para uma bica de capacitação, onde estavam contidos os carpetes de aprisionamento do ouro. A apuração era feita de forma manual, normalmente no leito do córrego, graças ao fato de a água ser mais limpa. Usavam-se um tambor para bater

totalizando um montante de R\$ 10.487.995,18 (BRASIL, 2015) e má gestão pública justificam a posição 220ª que Faina ocupava em 2010 no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios com um índice de 0,650 (PNUD, 2013).

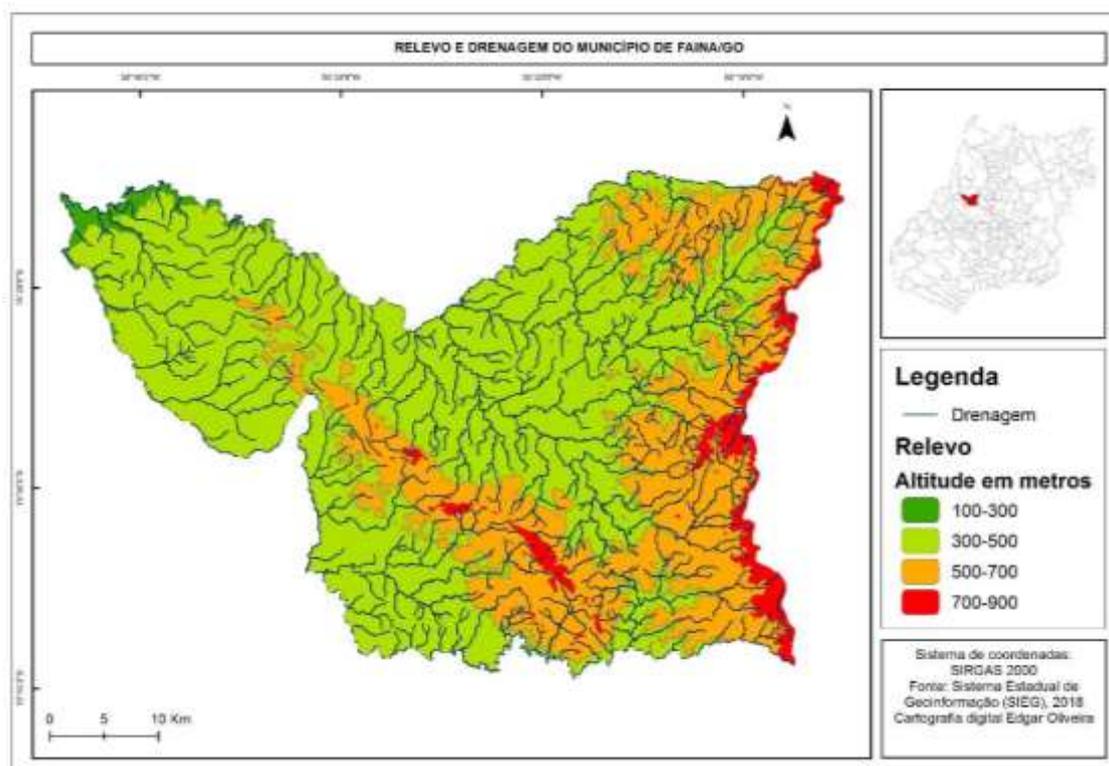
Embora os repasses tenham sofrido uma queda considerável no ano de 2016, em consequência de toda a articulação golpista que emperrou o crescimento econômico de todo o país, os montantes revelam o grande aporte de recursos de origem federal que são necessários para a manutenção da unidade político-administrativa. Em um cenário socioeconômico de tamanha vulnerabilidade os programas de transferência de renda cumprem papel fundamental para dinamizar as economias locais. No caso de Faina o impacto do Programa Bolsa Família pode ser medido por meio dos montantes transferidos aos beneficiários do município, já que, em 2017 o valor chegou a R\$ 1.371,028,00 tendo como alvo 759¹⁰ pessoas (BRASIL, 2017).

Esses recursos cumprem um importante papel para a economia local, principalmente, para o setor de serviços, comércio em geral, sendo estes, o destino final de grande parte desses montantes. Não olvidemos o grande percentual de pessoas com renda média mensal de até 1/2 salários mínimos no ano de 2010 em um município com parcela significativa da população residente no campo, baixo índice de empregos formais e baixíssimo IDH.

Outra questão importante é que o *greenstone belt* de Faina corresponde a Serra do Cubatão, um importante divisor de águas (MAPA 03) para as microbacias dos rios Vermelho ao Sudoeste e rio do Peixe a Norte-Noroeste, importantes tributários do rio Araguaia. O relevo da área propicia uma distribuição equânime de água a todas as comunidades assentadas, muito embora suas nascentes, no caso da Serra do Cubatão, estão em territórios disputados pelas mineradoras. O debate acerca da gestão dos recursos hídricos tem sido fundante frente ao aprofundamento da crise hídrica, em especial, na Bacia do Araguaia/Tocantins.

¹⁰-Mês de referência 12/2017.

Mapa 03: Relevo e drenagem do município de Faina/GO



Fonte: SIEG, 2018. Elaboração: Os autores.

Mesmo o território apresentando uma vasta rede de drenagem, composta em sua maioria por rios e córregos perenes, a cidade de Faina vem sofrendo constantemente com a escassez de água em virtude; primeiro do assoreamento do leito do rio do Peixe, sua única fonte de abastecimento, em decorrência da expansão da atividade agropecuária e a consequente redução das matas ciliares; segundo pela falta de investimento na captação, tratamento e distribuição, decorrente da municipalização desse serviço essencial. Tão grave o problema que mesmo no período chuvoso a falta de água tratada para abastecimento público na cidade de Faina é frequente.

Assim o município de Faina se apresenta como uma unidade contraditória entre os interesses globais, presente no território a partir da busca incessante por seus recursos minerais, e os diversos agentes que habitam o território, em busca de melhores condições de reprodução da vida. Este embate de interesses é mediado pela figura do Estado, mesmo que sua manifestação mais evidente coloque em primeiro plano os interesses econômicos em detrimento dos interesses dos sujeitos.

A MINERADORA ORINOCO GOLD LIMITED E SEUS EFEITOS TERRITORIAIS EM FAINA (GO)

A *Orinoco Gold Limited* é uma companhia de mineração fundada em 2011 com sede em *Perth*, Capital da Austrália Ocidental e opera por meio da *Australian Securities Exchange* (AUX) na bolsa de valores de Sydney, com o código OGX. A Companhia obtém recursos para o desenvolvimento de suas atividades por meio da venda de ações direta na bolsa. Por ser uma empresa recente não possui um *know how*, e, atualmente, desenvolve dois projetos de exploração de ouro, o *14 Wile Well* em Leonora Austrália Ocidental e o *Faina Goldfields* em Goiás.

No Brasil a Companhia opera por meio de cinco subsidiárias (Figura 01) a Mineração Curral de Pedra, a Sertão Mineração, a Rio do Ouro Mineração, a Orinoco Brasil Mineração e a *Digo Digo Exploration Concession* todas com atuação em pesquisa e exploração de minério de ouro em Faina. Em 2014 a *Orinoco Gold Limited* adquiriu 100% dos direitos de exploração da mina Sertão, pertencentes até então a também australiana *Troy Resource*.

O Projeto Faina Goldfields engloba uma área de 200 km² e em sua atual fase conta com o início de exploração em três minas: Sertão, Cascavel e Antena/Xupé, além de pesquisa avançada em três alvos com grande potencial produtivo: Mato Grande, Eliseo e Eliseo Sul.

Figura 01: Subsidiárias brasileiras da *Orinoco Gold Limited*



Fonte: *Orinoco Gold Limited*, 2018. Elaboração: Os autores.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento de Goiás (SED) a Companhia *Orinoco Gold Limited* sinalizou intenção de investir 39 milhões de reais no Projeto Faina Goldfields, embora não foi possível obter dados referentes aos incentivos fiscais concedidos pelo Estado, tampouco os valores colocados à disposição da empresa através do FUMINERAL. Segundo o informe Desempenho do Setor Mineral GO-DF em 2016 já haviam sido investidos 7.936.366,06 milhões de reais para o conjunto exploração de minério de ouro em Faina, esse montante resulta da aquisição de equipamentos e construção de uma planta de britagem e recuperação por gravidade nas proximidades da mina Cascavel (Figura 02).

Figura 02: Planta de britagem e recuperação por gravidade da *Orinoco Gold Limited* em Faina/GO



Fonte: *Orinoco Gold Limited*, 2018.

O mesmo documento informa ainda que foram empregadas 135 pessoas nas áreas de concessão de lavra para a substância ouro no município de Faina, embora não seja possível estabelecer qual a participação da força de trabalho local, considerando o alto grau

de especialização que demanda algumas funções específicas no processo produtivo. Cabe aqui um adendo, pois muitos desses postos de trabalho, aqueles não especializados, são ocupados tendo como critério o apadrinhamento político, característico das cidades do interior, isso reforça a desigualdade de acesso ao emprego e renda.

Com base nos dados de 2016 foram explorados 13,98 kg de minério de ouro com valor de produção de R\$ 1.705.932,76, contudo, para o município de Faina não foi informado o destino final da produção como ocorre com o município de Crixás. Muito embora é possível deduzir, com base na inserção da *Orinoco Gold limited* na AUX que se baseia na oferta de papéis do tipo *Exchange Traded Fund*¹¹, que o ouro explorado em Faina é convertido em um fundo de investimentos negociados na bolsa de valores de Sydney. Segundo o *World Gold Council*, em 2017 esse tipo de fundo de investimentos demandou 202,8 toneladas de minério de ouro, representado 4,9% da demanda global que foi de 4.071,7 toneladas.

Outro ponto importante a ser ressaltado sobre a presença da *Orinoco Gold Limited* em Faina é o impacto na arrecadação do município, considerando as graves deficiências de infraestrutura presentes no território. Conforme dados colhidos junto ao Portal da Transparência, o município tem aumentado suas receitas referentes aos repasses da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), conforme Gráfico 02. Apenas em 9 meses de 2018, Faina recebeu um montante de 44.567,22 mil reais oriundos da CFEM, um valor 34,4% maior que a soma dos repasses dos três últimos anos.

¹¹- Fundo de investimentos negociado na Bolsa de Valores como se fosse uma ação.

Gráfico 02: Distribuição da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para Faina/GO (2015-2018)



Fonte: Brasil, 2015; 2016; 2017; 2018. Elaboração: Os autores.

A mineradora *Orinoco Gold Limited* começou a produzir efeitos territoriais no município de Faina em 2016 por meio da contratação de empresas terceirizadas para o desenvolvimento das pesquisas e sondagens como a Servitec Foraco, fato que gerou alguns postos de trabalho. Como já demonstramos anteriormente, o baixo índice de pessoas em empregos formais redirecionou o fluxo de trabalhadores para as atividades ligadas ao setor de mineração, com salários maiores do que os pagos pelo setor de serviços e as dificuldades postas pelo fragilizado setor público, dado à baixa dinâmica das suas receitas.

Todavia, a especulação imobiliária passou a utilizar a expectativa da instalação da mineradora como argumento para elevar o preço da terra urbana e dos aluguéis, criando mais dificuldades para a população pobre que não possui a casa própria.

O padrão de consumo também foi afetado, aqueles que, empregados nas empresas terceirizadas voltadas a atender as demandas da mineradora, adquiriram maior poder de compra e com isso passaram a consumir produtos e serviços que antes não poderiam ter acesso. Muitos empresários locais que dispunham de capital para investir buscaram diversificar suas atividades com a compra de terrenos e a construção de moradias com fins de locação e outros buscaram expandir a oferta de produtos com maior valor agregado como eletroeletrônicos e de tecnologia em geral.

Embora as condições de infraestrutura limitem o uso de alguns desses produtos, para se ter uma noção a empresa optou por alocar seu escritório na Cidade Goiás (60km de Faina), devido às dificuldades de comunicação, considerando que, o *locus* das tomadas de decisões dos processos produtivos são na Austrália, torna a comunicação *mister* nesse processo. Após a sua instalação a *Orinoco Gold Limited* intensificou as mudanças na dinâmica local, criando expectativas positivas e até mesmo trabalhadores rurais deixaram suas atividades e foram trabalhar na mineradora seduzidos por melhores salários.

Isso implicou no aquecimento das atividades comerciais, na aquisição de casas e terrenos na área urbana e no campo incentivou a venda de terras e criou a expectativa daqueles proprietários nas proximidades das jazidas exploradas ou em processo de legalização para as atividades mineratórias de obterem vultosos preços com a servidão minerária para atender a mineração. Ainda que de forma embrionária, ocorreu rearranjos a partir da territorialização da *Orinoco Gold Limited* que promoveu os efeitos territoriais diversos, redesenhando a agenda política, econômica e, portanto, a Existência dos municípios.

Neste sentido, compreendemos por efeitos territoriais a associação de um conjunto de ações, intencionalidades dos grandes empreendimentos, no caso em questão as atividades mineratórias, que perpassam a produção da Existência nos lugares. Os desdobramentos podem ser diversos, quer sejam sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais decorrentes da dinâmica territorial, redesenhando o espectro societal e *marcando* os espaços sociais, ou seja, produzindo os territórios, mediante a junção dos interesses do capital, do Estado e das classes hegemônicas. Contudo, jamais, em tempo algum, pode se desconsiderar as *(Re)Existências* das classes não hegemônicas (subalternizadas) que *(re)agem* e lutam pelos *Territórios de Vida*.

O conceito de efeitos territoriais assegura as processualidades sócio-históricas, uma vez que, se fazem na longa duração e expressam *marcas* na paisagem que denotam cumulativos de tempos, constituídas e constituintes das dinâmicas territoriais.

A formação territorial de Faina, ocasionada, fundamentalmente, pela cobiça dos recursos minerais presentes no subsolo, pela constante escassez de água em virtude das formas de usos da terra e assoreamento do leito do rio do Peixe, pela atividade de mineração de areia (dragagem) e agropecuária com a conseqüente redução das matas ciliares; pela ausência do poder público em investimentos em captação, tratamento e distribuição de água potável, acrescidas pelas atividades mineratórias modernas, podem ser compreendidas na sua inteireza a partir do que denominamos efeitos territoriais.

Nesta direção, Faina, a despeito da sua riqueza em sociobiodiversidade, se apresenta como uma unidade contraditória entre os interesses globais pelo ouro fainense e a garantia de sustentabilidade das famílias assentadas ou mesmo da população urbana, carente de serviços públicos, trabalho decente, renda.

APONTAMENTOS FINAIS

A mineradora tem enfrentado dificuldades no processo de beneficiamento do ouro em decorrência da falta de experiência na exploração em terras brasileiras, já que o ouro de Faina se apresenta com granulação mais fina, diferente do ouro encontrado na Austrália. Com isso em 2017 a Companhia firmou um acordo do tipo *joint venture*¹² com a sul-africana *Anglo Gold Ashanti* no valor de 9,5 milhões de dólares, e no mesmo ano adquiriu 15% das ações da *Orinoco Gold Limited* a um valor de 5,9 milhões de dólares se tornando a acionista majoritária da Companhia.

A *Anglo Gold Ashanti* opera há mais de 180 anos no Brasil sendo a maior produtora de ouro no país e a terceira do mundo. Atua em Crixás/GO, na mesma estrutura do tipo *Greenstone belt* existente em Faina, em Sabará e Santa Bárbara/MG, além de possuir uma planta metalúrgica para tratamento de ouro e prata em Nova Lima/MG. A empresa dispõe de um *know how* sobre a exploração de ouro em terras brasileiras que falta a *Orinoco Gold Limited*, essa cooperação entre as empresas coloca no horizonte de Faina uma intensificação das atividades em seu território a curto e médio prazos.

As dificuldades produtivas encontradas pela mineradora em Faina tem provocado a redução da atividade produtiva e, por conseguinte, a demissão de trabalhadores, muitos dos quais acreditando num projeto previsto para durar oito anos, contraíram dívidas com a aquisição de moradias e veículos. Caso a cooperação entre as empresas não surta os efeitos desejados é provável que uma considerável parte desses trabalhadores deixem o município em busca de melhores condições de vida.

Embora a fragilidade socioeconômica do município e a análise dos efeitos territoriais da implantação da *Orinoco Gold Limited* em Faina pareça corroborar a ideia de necessidade deste tipo de empreendimento como fio condutor do desenvolvimento local, há outras questões que merecem igual atenção. Não se pode ignorar os efeitos imediatos no território, destacando-se os ambientais que este tipo de empreendimento causa no território

¹² Um acordo entre duas ou mais empresas que estabelece alianças estratégicas por um objetivo comercial comum, por tempo determinado.

e, por reflexo, nas comunidades que nele habitam, pois a análise desses feitos são fundantes para determinar até que ponto convém fomentar o discurso estatal do crescimento econômico, assunto já alertado por Porto-Gonçalves (2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGLO GOLD ASHANTI. **Sobre.** Disponível em: < <http://www3.anglogoldashanti.com.br/sobre/Paginas/default.aspx> >. Acesso em: 04 de Set. 2018.

ARRAIS, Cristiano; ARRAIS, Tadeu; OLIVEIRA, Eliézer. **O século XX em Goiás: o advento da modernização.** Goiânia: Ed. Canone, 2016.

BARBOSA, Altair Sales; GOMES, Horieste; TEIXEIRA-NETO, Antônio. Geografia: Goiás-Tocantins. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro: Principais substâncias Metálicas** Brasília: DNPM, 2018.

_____. Departamento Nacional de Produção Mineral. Sistema de Informações Geográficas da Mineração. **Base Cartográfica: processos minerários-GO.** 2018. Disponível em: < <http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/> >. Acesso em: 15 de Ago. 2018.

_____. Portal da Transparência. Recursos Transferidos. **Constitucionais e Royalties.** Consultas: 2015; 2016; 2017; 2018. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br/transferencias> >. Acesso em: 07 de Ago. 2018.

_____. Portal da Transparência. Benefícios ao Cidadão. **Bolsa família.** Ano base: 2017. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios> >. Acesso em: 08 de Ago. 2018.

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás.** Goiânia: Ed. UFG, 2016.

CARVALHO, Wanderlino Teixeira de. **Política mineral goiana (1960-1986).** 1988. 246 f. Tese (Mestrando em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás.** Goiania: ED. UCG, 2004.

FAINA. Prefeitura Municipal de Faina: **História.** 2018. Disponível em: < <http://www.faina.go.gov.br/pagina/149-historia> >. Acesso em: 05 de Ago. 2018.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOIÁS. **Lei nº 3.040, de 7 de Novembro de 1960**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás para o período 1961-1965 e dá outras providências. Casa civil, Goiânia, GO. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1960/lei_3040.pdf>. Acesso em: 10 de Maio de 2018.

_____. **Lei nº 3. 810, de 10 de Novembro de 1961**. Autoriza o Poder Executivo a constituir uma companhia que se denominará Metais de Goiás S.A. e da outras providências. Casa civil, Goiânia, GO. Disponível em: <[HTTP://http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=15728](http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=15728)>. Acesso em: 20 de Março de 2017.

_____. **Lei nº 13.590, de 17 de janeiro de 2000**. Institui o Fundo de Fomento à Mineração e dá outras providências. Gabinete civil, Goiânia, GO. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2000/lei_13590.htm>. Acesso em: 20 de Março de 2017.

_____. Secretaria de Desenvolvimento. **Empresa australiana explorará ouro em Faina; investimentos totalizam R\$ 39 milhões**. Disponível em: <<http://www.projetos.goias.gov.br/sed/post/ver/196909/empresa-australiana-explorara-ouro-em-faina-investimentos-totalizam-r-39-milhoes>>. Acesso em: 10 de Set. 2018.

_____. Sistema Estadual de Geoinformação. **Base cartográfica: Municípios (2017)**. Escala: 1:100.000. Disponível em: <<http://www.sieg.go.gov.br/produtosIMB.asp?cod=4627>>. Acesso em: Ago. 2018.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 12 de Set. 2018.

_____. **Censo agropecuário 2017**. Resultados preliminares. Data de referência: 30/09/2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/faina/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 08 de Ago. 2018.

_____. **Cidades**. Panorama: Faina-GO. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/faina/panorama>>. Acesso em: 05 de Ago. 2018.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Série histórica: 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads> >. Acesso em: 16 de Ago. 2018.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel de assentamentos**. Data de atualização: 31/12/2017. Disponível em: < <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> >. Acesso em: 03 de Ago. 2018.

LACERDA FILHO, Joffre Valmório de; REZENDE, Abelson; SILVA, Aurelene da. **Geologia e recursos minerais do Estado de Goiás e Distrito Federal**. 1999.

MENDONÇA, Marcelo. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Editora AnnaBlume, 2008.

OLIVEIRA, E. S. **O papel do Estado na produção e organização do território goiano: um estudo de caso a partir do município de Faina-GO**. 2015. 72 f. Monografia-Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2015.

ORINOCO GOLD. **Company overview**. Disponível em: < <https://www.orinocogold.com/company-profile/overview> >. Acesso em: 04 de Set. 2018.

PALACÍN, Luiz. **O século do ouro em Goiás**. 3. Ed. Goiânia: Oriente, 1979.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: < <http://atlasbrasil.org.br/2013/> >. Acesso em: 10 de Ago. 2018.

PÓVOA NETO, H. **No caminho das pedras: itinerários na formação da mobilidade garimpeira em Goiás**. 1998. 363 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROCHA, C.; SILVA, M.P. Caracterização da mineração aurífera em Faina, Goiás, em um contexto ambiental histórico e atual. **Ambiente & sociedade**, v. 11, n. 2, p. 373-388, 2008.

SALGADO, Tathiana Rodrigues. **PLANEJAMENTO E REGIONALIZAÇÃO: análise dos planos plurianuais elaborados pelo governo do Estado de Goiás entre 1997 a 2007**. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SILVA, L. F. **A mineração em Goiás e o Desenvolvimento do Estado**. 2010. 61 f. Monografia – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

TEIXEIRA NETO, A. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 21, n.1. p. 51-68, 2001.

WORD GOLD CUNCIL. **Gold demand trends full year 2017**. Disponível em: <
<https://www.gold.org/research/gold-demand-trends/gold-demand-trends-full-year-2017>
>. Acesso em: 15 de Set. 2018.

Submetido em: Junho de 2019

Aceito em: Agosto de 2019